

1989: o ano que pode não chegar

Esse ano foi o ano da Constituição. Um quebra-cabeças confuso, que depois de montado nem sempre exhibe o mesmo desenho. Tome-se por exemplo essa curta passagem de doutor Ulysses pela Presidência da República. Ele enfrentou a greve do funcionalismo no comando de um governo impedido, pela nova Carta, de atender seu pessoal: porque não pode gastar nisso mais que 65% do valor de suas receitas correntes (art. 38 das Disposições Transitórias); e porque vantagens ou aumento de remuneração só com lei especial (art. 169, parágrafo único). Mas dr. Ulysses não disse nada disso. Mandou negociar; e o ato de negociar admite, necessariamente, a disposição — e possibilidade — de ceder em algo. O que o governo não pode fazer porque, como visto, a Constituição proíbe. Com gestos assim o dr. Ulysses se candidata a ser, curiosamente, um dos primeiros “traidores do povo”, segundo suas próprias palavras.

O problema é que não existe um país e uma Constituição apenas. Existem dois. Um é o país real, com todas as qualidades e os defeitos de um espaço em formação, saído de 20 anos de um autoritarismo infausto; um país regido por uma Constituição possível, boa e ruim, recheada de generosas

ANC p 12

Recife

intenções e interesses corporativos; que vai valer se o povo se organizar para fazer com que valha; e que por agora vai ser ora cumprida, ora descumprida, sobretudo quando seu texto seja incompatível com as exigências e as possibilidades concretas desse país real. Como inclusive acontece agora. E acontecerá ainda muitas outras vezes.

O outro país é o das telas da Globo; sem inflação nem desemprego, sem dívida externa ou corrupção; construído a partir de uma Constituição mágica, feita para ser usada por aqueles que se exibem como seus proprietários, como uma mercadoria rara, de luxo. No vale tudo dos palanques de 89.

Ocorre que esse cenário vive hoje dois riscos: o risco de que esse produto, a Constituição de dr. Ulysses, envelheça precocemente; e o risco, ainda maior, de que o jogo possa não valer. Porque o agravamento da crise econômica pode fazer com que todo esse esforço acabe sendo inútil: 89 pode demorar muito. Muito.

José Paulo Cavalcanti Filho

SÃO PAULO